

PGJ NEGA VOZ AO SINDSEMP NA SESSÃO DO CPJ EM CELEBRAÇÃO DO DIA DO TRABALHADOR

O Procurador-Geral de Justiça (PGJ) do Ministério Público de Sergipe (MPSE) negou um pedido do SINDSEMP para realizar uma fala durante a sessão do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) marcada para a próxima quinta-feira, dia 2 de maio, um dia após o Dia do Trabalhador.

A recusa foi fundamentada em dispositivos legais e regimentais, especificamente o artigo 11, parágrafo 7º da Lei Complementar nº 02 de 1990 e o artigo 100, parágrafo 2º da Resolução nº 031/2020, que restringem a participação a pautas previamente estabelecidas e de interesse direto da categoria.

Esta decisão, às vésperas de uma data tão significativa para os trabalhadores em todo o mundo, foi interpretada pelo SINDSEMP como uma escolha política clara do PGJ de não permitir que a voz dos Trabalhadores Efetivos seja ouvida em um fórum deliberativo tão importante da instituição.

Segundo Dennis Freitas, coordenador de Finanças do SINDSEMP, embora os regulamentos internos do CPJ permitam tal exclusão, nada impede que o gestor conceda tempo e espaço para a representação da categoria.



"Para que as preocupações e contribuições dos trabalhadores efetivos sejam apresentadas, especialmente em uma ocasião tão simbólica quanto o Dia do Trabalhador, essa fala tem uma importância fundamental, especialmente em meio às mobilizações por valorização em torno da Pauta de Reivindicações de 2024", defende Dennis.

A negativa do PGJ é vista como um reflexo do ambiente mais amplo de desvalorização e limitação do diálogo dentro do MPSE, onde as decisões frequentemente parecem ser tomadas sem a devida consideração pelas opiniões, reivindicações e bem-estar dos servidores.

O SINDSEMP, enfatizando a importância da data e a relevância de suas pautas para a eficiência e moral da instituição, expressou profunda decepção com a decisão, vendo-a como um obstáculo adicional no caminho para uma comunicação mais aberta e respeitosa dentro do órgão.



SINDSEMP SE REÚNE COM GESTÃO DO MPSE E COBRA MAIOR ENFOQUE NAS PAUTAS ESTRUTURAIS DOS SERVIDORES

Logo no início do mês de abril, o SINDSEMP participou de uma reunião com a assessoria do Procurador-Geral de Justiça (PGJ) para discutir as demandas da categoria. Na ocasião, a promotora Maura de Aquino repassou que três estudos realizados pela gestão do MPSE estão em andamento.

De acordo com ela, os estudos são para aumento da Gratificação Especial Operacional (GEO) para R\$ 800 ou R\$ 1000, reajuste do auxílio interiorização e realização de concurso público exclusivamente para técnicos. No entanto, o SINDSEMP ressaltou que essas são medidas necessárias, mas que não atendem plenamente aos pleitos dos servidores.

O coordenador de Finanças do SINDSEMP, Dennis Freitas, enfatizou que as pautas estruturais são as prioridades da categoria e disse que o devido reconhecimento aos Trabalhadores Efetivos não acompanha o aumento progressivo da demanda no órgão. "Isso fica nítido com a concessão da gratificação de acervo para os membros. Mas os servidores não têm esse reconhecimento", reflete.

O SINDSEMP espera avançar nas negociações e anseia que sejam atendidas as necessidades dos trabalhadores do MPSE. A Diretoria Executiva defendeu ainda a necessidade de avançar nas negociações em uma reunião presencial com o PGJ – o que não ocorre desde 20 de janeiro de 2023.

VISITA A PROCURADORES



Já no final do mês, a Diretoria Executiva realizou visitas aos procuradores de Justiça para dialogar sobre a Pauta de Reivindicações de 2024 dos Servidores. Nessas visitas, que terão continuidade pelos próximos dias, estão sendo entregues aos membros uma cópia impressa do estudo realizado pela diretoria em torno de cada ponto da pauta da categoria.

MATÉRIAS ESPECIAIS SOBRE A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES MARCAM O MÊS DO ABRIL NO SITE DO SINDSEMP

Durante o mês de abril, o site do SINDSEMP dedicou uma série de reportagens à pauta de reivindicações dos servidores do Ministério Público de Sergipe (MPSE), destacando as principais questões que afetam a categoria. Desde a urgente necessidade de reestruturação do plano de carreira até a defesa por um aumento real dos salários, cada matéria trouxe à tona aspectos críticos que exigem atenção e ação imediatas.

A primeira reportagem, publicada no dia 9, abordou o plano de carreira defasado dos servidores, ressaltando a necessidade de uma reestruturação urgente para alinhar o MPSE com as práticas modernas de gestão de pessoal.

No dia 16, a discussão se voltou para a jornada de trabalho, onde foi evidenciado que, ao contrário de outros órgãos estaduais, o MPSE ainda não adotou a jornada de 30 horas semanais, colocando em cheque a harmonia entre vida profissional e pessoal dos servidores.

A terceira matéria, datada do dia 23, destacou que os servidores do MPSE recebem os piores salários em comparação a todos os Ministérios Públicos do país, um dado alarmante que reforça a necessidade de revisão salarial.

Por fim, no dia 25, a série se encerrou com uma defesa veemente do SINDSEMP por um aumento real dos salários e pela redução da diferença entre os cargos de Técnicos e Analistas, buscando equidade e justiça salarial dentro da instituição.

Estas publicações não apenas informam, mas também mobilizam a categoria na luta por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho. Por isso, é fundamental que os Trabalhadores Efetivos acompanhem os meios de comunicação do SINDSEMP para estar a par da luta coletiva da categoria.

Para conferir as matérias, **aponte o leitor de QR Code** do seu celular para o código:

